

*Português***Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português****Fernando Luís Machado**

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

CIES-ISCTE

**Resumo**

Este artigo faz uma aproximação ao estudo sociológico da relação da sociologia e dos sociólogos com o campo político em Portugal. Dá atenção, em particular, a duas dimensões dessa relação, a sociologia aplicada às políticas públicas e a participação dos sociólogos na classe política. Na parte final deixa sugestões de agenda de mais pesquisa sociológica não só sobre essas duas dimensões, mas também sobre a relação dos sociólogos com os movimentos sociais e sobre a contribuição da sociologia para a consolidação de valores políticos democráticos.

**Palavras-chave:** Sociologia; Sociólogos; Campo político.*English***Sociology, sociologists and the political field: a sociological approach to the Portuguese case****Abstract**

This article takes a sociological approach to the relationship between sociology and sociologists and the political field in Portugal. It focuses in particular on two dimensions of this relationship: sociology applied to public policies and the participation of sociologists in the political class. In the final section, it suggests an agenda for further sociological research not only on these two dimensions, but also on the relationship between sociologists and social movements and on the contribution of sociology to the consolidation of democratic political values.

**Keywords:** Sociology; Sociologists; Political field.*Français***Sociologie, sociologues et champ politique: une approche sociologique du cas portugaise****Résumé**

Cet article adopte une approche sociologique de la relation entre la sociologie et les sociologues et le champ politique au Portugal. Il se concentre en particulier sur deux dimensions de cette relation : la sociologie appliquée aux politiques publiques et la participation des sociologues à la classe politique. Dans la dernière partie, il propose un agenda pour de futures recherches sociologiques non seulement sur ces deux dimensions, mais aussi sur la relation entre les sociologues et les mouvements

sociaux et sur la contribution de la sociologie à la consolidation des valeurs politiques démocratiques.

**Mots-clés:** Sociologie; Sociologues; Champ politique.

*Español*

## Sociología, sociólogos y campo político: una aproximación sociológica al caso português

### Resumen

Este artículo aborda desde una perspectiva sociológica la relación entre la sociología y los sociólogos y el campo político en Portugal. Se centra en particular en dos dimensiones de esta relación: la sociología aplicada a las políticas públicas y la participación de los sociólogos en la clase política. En la sección final, sugiere una agenda para futuras investigaciones sociológicas no sólo sobre estas dos dimensiones, sino también sobre la relación entre sociólogos y movimientos sociales y sobre la contribución de la sociología a la consolidación de los valores políticos democráticos.

**Palabras clave:** Sociología; Sociólogos; Campo político.

### Introdução

Em cinquenta anos de democracia e liberdade, a sociologia portuguesa, que tinha dado tímidos passos possíveis na década de 1960, em Lisboa e em Évora, desenvolveu-se plenamente como campo científico, tendo construído um edifício institucional completo, no ensino, na investigação, na publicação, no associativismo e na internacionalização (Machado, 2020, 2022)<sup>1</sup>. Quaisquer que sejam os indicadores que tomemos relativos a essas vários componentes do edifício institucional da disciplina – cursos e diplomados, centros de pesquisa e investigadores, canais de publicação e trabalhos publicados, dinâmica associativa, participação e protagonismo internacional – verificamos que todos têm um crescimento regular e sustentado, crescimento que se reforça notavelmente nas duas primeiras décadas do século XXI, adquirindo o campo a partir dessa altura uma inércia de institucionalização avançada. Um conjunto de fatores, de sentido

---

<sup>1</sup> Neste artigo retomo passagens dos livros *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*, Porto, Afrontamento, 2020; e *Investigação Sociológica em Portugal. Um Guia Histórico e Analítico*, Porto, Afrontamento, 2022; e do artigo “A sociologia sob observação sócio-histórica: elementos para uma agenda de pesquisa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 101. O essencial da problematização, informação e argumentação apresentadas, no entanto, é novo.

convergente, esteve na base dessa evolução, desde logo a expansão cientificamente plural do sistema universitário e as orientações integradoras das políticas científicas, entre outros processos externos, mas também dinâmicas internas ao campo científico e à ação dos sociólogos nesse campo.

No estado de institucionalização avançada que atingiu, colocam-se à sociologia e aos sociólogos interrogações e problemas, eles próprios resultantes do trajeto percorrido e das especificidades desse trajeto. Apesar da sua pertinência, e até das dificuldades que podem representar para a prática futura do ofício de sociólogo, eles não têm sido equacionados, debatidos e, muito menos, estudados. De facto, e não deixa de ser paradoxal, o intenso processo de desenvolvimento da sociologia enquanto campo científico não tem sido acompanhado por idêntico movimento de reflexividade dos sociólogos sobre a história, a condição e as perspetivas de futuro da sua disciplina. Aqui e ali, alguns sociólogos, em registo impressionista, abordam aspetos da situação da disciplina, mas são poucos os textos em que encontramos a disciplina colocada na condição de objeto de uma história ou sociologia da sociologia.

Uma das principais questões com que a sociologia se depara, tendo chegado a esse patamar de institucionalização avançada, é a sua relação com o campo político, quer a relação da disciplina enquanto tal, como campo de saber científico, quer a dos sociólogos que a praticam, enquanto agentes que operam nesse campo. A relação da sociologia com o campo político, em vários planos, não é uma simples externalidade, ou seja, não é apenas um encontro da sociologia com a política, decorrente de a prática científica ser sempre uma prática social e a sociedade ser sempre uma realidade política. A relação da sociologia com o campo político, em especial no que se refere aos estudos sociológicos aplicados às políticas públicas, mas não apenas nesse aspeto, é uma relação constitutiva do próprio campo sociológico em Portugal. De facto, a solicitação regular, por vezes intensa, da sociologia, por parte das autoridades públicas, para que realize pesquisa aplicada às políticas públicas contribuiu diretamente, a par de outros fatores externos já mencionados, para que a sociologia portuguesa crescesse e se desenvolvesse até atingir o estado de desenvolvimento pleno que se lhe reconhece desde as primeiras décadas do século

XXI. A relação da sociologia com o campo político não se cinge, contudo, aos estudos aplicados às políticas públicas. Mais globalmente, ao longo do seu processo de institucionalização, a disciplina e os seus protagonistas desenvolveram um conjunto de relações heterogêneas, multifacetadas e de diferentes intensidades com o campo político, que importa transformar em objeto de estudo da história e da sociologia da sociologia, diria até um dos seus objetos mais relevantes e urgentes, se tivermos em conta que do campo político – pensemos no Estado, o seu ator mais poderoso – decorrem múltiplos efeitos que influenciam direta e indiretamente a investigação sociológica e a sociologia, constringendo-a ou possibilitando-a, tal como acontece na generalidade das restantes áreas de atividade académica e científica.

Para fins analíticos, a relação entre o campo sociológico e o campo político pode ser vista em quatro planos distintos, que se interseitam de várias maneiras entre si: aplicação da sociologia às políticas públicas; participação de sociólogos na classe política; relação da sociologia e dos sociólogos com os movimentos sociais; influência da sociologia na difusão e consolidação de valores políticos. A sociologia e os sociólogos estão, portanto, quer na política quer nas políticas.

A sociologia aplicada às políticas públicas tem um longo currículo em Portugal. Teve um papel importante, como disse, no próprio desenvolvimento institucional da disciplina, traduzido não só na encomenda de inúmeros estudos avulsos sobre os mais variados aspetos da vida social, mas também na formação de plataformas permanentes de estudo financiadas pelo Estado, como é o caso de diversos observatórios da vida social. A participação de sociólogos nas elites políticas é multiforme, abarcando desde logo a presença no núcleo mais poderoso dessas elites, o dos membros do governo, mas também o desempenho de mandatos de deputado à Assembleia da República ou de presidente de câmaras municipais, entre outros. Embora menos frequente do que a presença na classe política, o envolvimento em movimentos sociais tem expressão assinalável, seja pelo lado da produção de conhecimento sociológico relacionado com as causas e terrenos desses movimentos, seja pelo lado do envolvimento de sociólogos na dinamização dos mesmos, ou por ambas as vias simultaneamente. Por fim, mas não menos importante, o vasto

conjunto de conhecimentos sobre a sociedade portuguesa acumulado pela sociologia influencia, através de processos de difusão desse conhecimento e de reflexividade social, a cultura política da população em geral e os valores em que ela se expressa. Pense-se, por exemplo, no contributo que os muitos estudos sociológicos que põem em evidência mecanismos de desigualdade social podem dar para a consolidação de valores como a justiça social e a igualdade de oportunidades.

A questão da relação da sociologia com o campo político não é, de todo, novidade na história internacional da disciplina. Essa relação, dir-se-ia, é até constitutiva da própria sociologia, é indissociável da sua génese, se pensarmos que os chamados pais fundadores tiveram todos eles um posicionamento a este respeito, numa perspetiva mais reformista ou mais revolucionária. E, ao longo da institucionalização académica e científica da disciplina, em todos os lugares onde ela ocorreu livremente, nomeadamente nos países democráticos, que, por definição, reúnem as condições para que tal seja possível, os sociólogos sempre foram fazendo e atualizando esse debate e assumindo posições mais ou menos explícitas a esse propósito.

Certas tipificações genéricas ajudaram a fixar ao longo do tempo, com designações ajustadas a cada época, duas conceções básicas da relação da sociologia com a esfera política. Uma distinção clássica é entre sociologia marxista e sociologia burguesa, distinção estabelecida por autores marxistas, soviéticos e ocidentais, na primeira metade do século XX. Norman Birnbaum, um sociólogo norte-americano alinhado com movimentos sociais e um dos fundadores da *New Left Review*, definia, não sem ironia, a sociologia burguesa como a “praticada pelos professores universitários burgueses que não são marxistas em contraposição aos seus – não menos burgueses – colegas que são marxistas” (Birnbaum, 1968: 38). Outra distinção consagrada é entre uma sociologia reflexiva, de orientação crítica e transformadora, a uma sociologia administrativa, ao serviço dos interesses do Estado, quer nos países capitalistas quer nos países comunistas (Gouldner, 1970). Uma terceira versão é a que distingue a sociologia em “modo profético”, propositiva de mudança social, e a sociologia em “modo sacerdotal”, que valoriza a ideia de estabilidade e equilíbrio (Friedrichs, 1970). Mais recentemente, Burawoy estabeleceu a distinção entre uma sociologia instrumental e uma sociologia reflexiva, retomando, portanto, a formulação

de Gouldner. Partindo desta distinção básica, e cruzando-a com uma outra relativa às audiências dos sociólogos serem académicas (os pares) ou extra-académicas (públicos vários, comunidades locais, movimentos sociais), Burawoy identifica “quatro sociologias”, das quais prefere a que chama “sociologia pública”, que é reflexiva e se dirige a audiências extra-académicas (Burawoy, 2005).

Volvidas cinco décadas desde que a sociologia portuguesa encontrou as condições políticas e académicas para a sua plena afirmação, afirmação bem-sucedida se considerarmos o sólido edifício instrucional que conseguiu erigir durante esse tempo, é altura, julgo, de os sociólogos dedicarem mais atenção à experiência longa e diversificada da relação da sociologia com o campo político nos quatro planos que referi acima, e às consequências dessa relação para a disciplina. Conhecer o percurso da sociologia portuguesa, saber o que ela é, que património tem, como se projeta no futuro, requer esse exercício de autoanálise, feito numa perspetiva de história e sociologia da sociologia, associados a essa perspetiva todos os rigorosos protocolos da investigação científica, e não num mero registo testemunhal e memorialístico ou de reflexões genéricas e esparsas sobre o assunto. Este artigo é um contributo nesse sentido e nele darei atenção sobretudo a dois dos quatro planos referidos da relação da sociologia com o campo político: o da sociologia aplicada às políticas públicas e o da participação de sociólogos na classe política.

## 1. Investigação sociológica e políticas públicas

A procura de saberes científicos e técnicos de todo o tipo para efeitos de governação é um traço da contemporaneidade nas sociedades mais desenvolvidas. O recurso regular a pareceres e estudos de peritos de muitos campos de saber é uma forma adicional de legitimação da ação política, que assim pode reclamar ser informada pelos saberes científicos gerados no mundo académico, procedimento que complementa os processos de legitimação mais intrinsecamente políticos, decorrentes do funcionamento dos sistemas políticos em geral, nomeadamente os característicos de regimes democráticos. É neste contexto geral que podemos situar, no caso português, a prática generalizada de uma sociologia aplicada às políticas públicas, traduzida em inúmeros trabalhos sobre os mais variados temas e problemas

da vida social, e que contribuiu grandemente, como disse, para a própria institucionalização da disciplina no país.

Pierre Bourdieu deixou, em diferentes lugares da sua vasta obra, com destaque para o livro resultante do último curso que lecionou no *Collège de France*, preciosas pistas analíticas, bem como alertas convictos, sobre a relação da sociologia e dos sociólogos com as procuras que lhes são dirigidas de fora do campo científico, nesse contexto amplo de recurso das autoridades públicas aos saberes produzidos no mundo académico. O autor francês assinala, por um lado, que a sociologia, beneficiando do estatuto autónomo de disciplina universitária que lhe é garantido pelo Estado, pode encontrar, num bom uso dessa autonomia institucional, “as condições de uma autonomia epistemológica e tentar oferecer o que ninguém na verdade lhe pede” (Bourdieu, 2003 [1984]: 53). Por outro lado, mostra que a relação do campo científico em geral, logo do campo sociológico, com o Estado é paradoxal. Se o financiamento público que o Estado assegura às universidades e à ciência torna “possível uma produção que não seja submetida à sanção imediata do mercado” e o Estado assegura “as condições mínimas de autonomia”, esse mesmo Estado “tem também a capacidade de impor constrangimentos geradores de heteronomia” (Bourdieu, 1997: 48).

Ora, é justamente a relação entre autonomia e heteronomia que a prática de uma sociologia aplicada às políticas públicas põe sobre a mesa como questão para debate. E a este propósito, diz Bourdieu, devemos ter em consideração o poder de refração do campo científico e a desigual distribuição desse poder consoante os subcampos disciplinares em causa. O poder de refração é a capacidade de filtrar as pressões externas a que o campo científico está sujeito e, “quanto mais autónomo um campo é, maior será o seu poder de refração e mais os constrangimentos externos são transfigurados, ao ponto de se tornarem irreconhecíveis”. Contudo, acrescenta, as ciências sociais têm mais dificuldades em serem autónomas, o que significa que estão mais expostas a intromissões exteriores, especialmente do campo político (Bourdieu, 1997: 15-16). E diz ainda na mesma linha, mas com mais crueza, que os cientificamente dominados (no caso, as ciências sociais face a outras áreas



científicas) “estão mais inclinados a submeterem-se aos pedidos externos, de direita e de esquerda, e mais preparados, frequentemente por defeito, para os satisfazer, e têm, portanto, mais possibilidade de o conseguir na lógica do plebiscito, do aplausómetro”, também porque há menos sanção interna pelos pares do que noutros campos científicos (Bourdieu, 2001: 171).

Nem todos os sociólogos têm esta perspetiva. Num artigo de meados da segunda década do século XXI, sobre a sociologia aplicada às políticas públicas em Portugal, Augusto Santos Silva, que ocupou várias pastas ministeriais, mantendo-se ativo na investigação e publicação sociológica, faz um balanço muito positivo dessa ligação da disciplina com o campo político, em que não há lugar para ceticismos: “a nossa ciência não perde necessariamente a sua matriz e arsenal reflexivos e não se torna inelutavelmente «instrumental» quando trabalha no quadro das políticas públicas institucionais. E por uma razão simples: é que o pendor crítico ou acrítico, subordinado ou independente (face a determinações heterónomas), rotineiro ou reflexivo, convencional ou desenvolto, do trabalho sociológico, se bem que mais ou menos favorecido pelos contextos socioinstitucionais em que se realiza, não é deles que resulta principalmente – mas sim da sua maior ou menor conformidade com os valores e regras intelectuais e académicas da disciplina, bem como do maior ou menor uso dos respetivos recursos cognitivos” (Silva, 2017: 784). E, nesta perspetiva confiante, assinala o que considera serem avanços observados nessa ligação, entre os quais o facto de os estudos sociológicos aplicados às políticas públicas se terem tornado uma rotina, no sentido de os programas em que essas políticas se condensam incorporarem uma “componente forte de estudos de diagnóstico, monitorização e avaliação de processos e resultados” (idem: 792), ou o facto de uma das universidades de referência da sociologia portuguesa ter consolidado e individualizado “uma fileira de estudos especificamente consagrados às políticas públicas” (idem: 798).

A história e a sociologia da sociologia aplicada às políticas públicas em Portugal, como parte de um programa de pesquisa mais vasto sobre os efeitos sociais da sociologia, está largamente por fazer. Com efeito, conhece-se apenas de maneira



geral a abrangência e a intensidade com que tem sido realizado esse tipo específico de pesquisa sociológica. Mas sabe-se pouco sobre os contextos, as circunstâncias e os modos de relação dos sociólogos e dos seus centros de investigação com as entidades encomendadoras dessa pesquisa; sobre as formas de definição de problemáticas e de construção dos objetos de investigação dessas pesquisas; e também se sabe pouco sobre as consequências das mesmas para a sociedade em geral e para os grupos sociais destinatários das políticas públicas para cujo desenho e implementação a sociologia tem contribuído. Aqui limitar-me-ei a indicar, em modo exploratório, um conjunto de efeitos que essa prática tem sobre a formação das agendas de investigação sociológica em Portugal, efeitos de agenda esses que se estendem, indiretamente, às condições de exercício autónomo do ofício de sociólogo, perante pedidos, pressões ou seduções externas. Sistematizando ideias, distinguirei efeitos de desenvolvimento, efeitos de esquecimento e efeitos nos modos de problematização e construção dos objetos de investigação.

Os efeitos de desenvolvimento são a expansão e diversificação das agendas de pesquisa sociológica decorrentes da realização regular e intensa de estudos aplicados às políticas públicas, seja para as fundamentar, as monitorizar ou as avaliar, solicitados por ministérios, institutos públicos, entidades reguladoras, autarquias. Embora esse levantamento e sistematização empírica estejam por fazer, é seguro afirmar que a realização desse tipo de estudos alargou consideravelmente o campo dos temas estudados pelos sociólogos em Portugal, fazendo com que o património de conhecimento sociológico seja muito maior do que seria se se contasse apenas as pesquisas realizadas por iniciativa exclusiva dos sociólogos nos seus centros de investigação, por via do financiamento público para a ciência através de concursos competitivos, ou aquelas que são realizadas para fins de dissertações e teses académicas. Os efeitos de desenvolvimento não são só cognitivos, são também institucionais, uma vez que a realização permanente desse tipo de trabalhos fez aumentar e tornou mais experientes as equipas das unidades de investigação em sociologia e deu origem a estruturas próprias viradas para a pesquisa aplicada, como é o caso de diferentes observatórios da vida social com financiamento público e geridos cientificamente por equipas de investigadores ou unidades de investigação.

A menção às políticas públicas aparece, além disso, nos nomes de escolas ou departamentos de sociologia, em secções temáticas da Associação Portuguesa de Sociologia ou ainda nas missões atribuídas aos centros de investigação que têm o estatuto de Laboratório Associado, uma figura de política de ciência que dota determinadas unidades de investigação de recursos adicionais e de um estatuto diferente das demais. É por ter havido esta “institucionalização das procuras institucionais” da sociologia (Machado, 2009: 284) que se pode dizer que a realização de estudos aplicados às políticas públicas contribuiu decisivamente para a própria institucionalização académica e científica da disciplina.

Os efeitos de expansão e diversificação da produção sociológica por esta via são observáveis em várias especialidades sociológicas. Na sociologia da juventude, na sociologia da cultura ou na sociologia do ambiente, a criação de observatórios com o mesmo nome, com financiamento público e dirigidos cientificamente por unidades de investigação, fez com que, em certas fases, a produção sociológica se tenha multiplicado rapidamente e, no caso da última destas especialidades, contribuiu mesmo para a sua emergência e posterior consolidação. Veja-se também o caso da sociologia do direito, que, não tendo atingido o nível de consolidação que outras especialidades atingiram, mais por falta de massa crítica académica interessada do que por falta de procura pública, tem justamente na existência de um observatório financiado pelo Estado a razão principal da sua manutenção à tona no campo sociológico.

Outro efeito de expansão gerado pela sociologia aplicada às políticas em certas especialidades, efeito que se sobrepõe parcialmente ao anterior, é a parte da produção sociológica total dessas especialidades que se deve a pesquisas desse tipo. Essa parte é muito grande num domínio como a sociologia do ambiente, justamente devido ao trabalho realizado pelo observatório constituído nessa área, e muito significativa em especialidades como a sociologia da educação, a sociologia da cultura, a sociologia da família, género e sexualidade e a sociologia da imigração e etnicidade, com destaque para esta última, uma vez que, não sendo um domínio clássico de investigação no país, e tendo emergido em Portugal apenas quando o

fenómeno imigratório atingiu uma escala maior, se tornou uma das especialidades com mais produção, o que se deve, pelo menos em parte, à procura continuada de pesquisa sociológica por parte das entidades públicas que operam neste campo.

Um terceiro efeito da sociologia aplicada às políticas públicas na afirmação de algumas sociologias especializadas, que se mistura com os dois anteriores, mas tem uma expressão própria, é a realização, por via de encomendas estatais, de estudos de referência, normalmente de âmbito nacional, com impacto científico particular dentro do campo sociológico, para além do efeito presumível nas políticas públicas que suscitaram a respetiva realização. É fácil encontrar, em várias especialidades, trabalhos com essas características, sejam os inquéritos nacionais sobre juventude ou sobre as práticas e representações ambientes dos portugueses; seja em estudo de avaliação de políticas de combate à pobreza; seja na área da igualdade entre homens e mulheres; seja ainda em estudos de caracterização nacional da situação social da minoria cigana.

Os efeitos de desenvolvimento disciplinar decorrentes da sociologia aplicada às políticas públicas têm, obviamente, como a própria expressão diz, um lado positivo, que é o de a sociologia crescer e se desenvolver por essa via, tanto em produção científica como em quantidade e diversidade de sociólogos que asseguram essa produção, com os benefícios daí decorrentes para as unidades de investigação em geral e para as atividades de ensino e aprendizagem do ofício. Por outro lado, os sociólogos não podem deixar de considerar positivamente que os seus saberes sejam solicitados, a par de muitos outros, para as práticas de governação da sociedade de que fazem parte, o que representa um reconhecimento inequívoco do valor do conhecimento sociológico. E estando os próprios sociólogos seguros de que o conhecimento que produzem tem validade e pertinência – como ficariam se a sociologia e os seus saberes fossem ignorados pelos poderes públicos? – é esperável e aceitável, para não dizer desejável, que lhes dirijam pedidos específicos destinados a apoiar a ação governativa. Seria estranho e contraproducente que os sociólogos se recusassem liminarmente a estabelecer essa ligação, até porque abririam mão das suas competências próprias, que outros poderiam invocar para si sem

verdadeiramente as terem. Deste ponto de vista, justifica-se a posição de Augusto Santos Silva quando diz que ser “um instrumento disponível em diversas arenas institucionais e organizacionais” é uma das utilidades públicas da sociologia (Silva, 2017: 783).

Dito isto, também é preciso reconhecer que os efeitos de desenvolvimento trazem consigo, ao mesmo tempo, alguma perda de autonomia dos sociólogos, já que as agendas da investigação aplicada às políticas públicas são determinadas externamente, em função de finalidades governativas, mesmo não estando em causa a bondade das mesmas. Em concreto, isto significa que determinados temas serão privilegiados, porque é sobre esses que os pedidos dirigidos aos sociólogos incidem, enquanto outros serão deixados de lado, o que nada diz, note-se, sobre a sua real importância e a necessidade de os estudar. Assim, é inevitável perguntar até que ponto, neste contexto, o espaço e o tempo próprios de respiração da sociologia ficarão condicionados.

Por outro lado, a realização de pesquisa sociológica aplicada às políticas públicas, sendo tão habitual, envolvendo tantos sociólogos e a generalidade das unidades de investigação, naturalizou-se, tornou-se norma, como se parte intrínseca do que é fazer sociologia seja fazer pesquisa com esse fim, por solicitação das autoridades públicas. A naturalização dessa prática, num grande mercado de procura e oferta de estudos sociológicos sobre políticas públicas, ou numa indústria de pesquisa aplicada, se se quiser dizer assim, em que pode até haver sociólogos em funções governativas a encomendar pesquisa a sociólogos universitários (espaço onde a presença dos sociólogos na classe política se cruza com a sociologia aplicada às políticas públicas), comporta o risco de perda da reflexividade que deve acompanhar, a cada momento, o exercício do ofício de sociólogo, de adoção de receitas fáceis e pronto a vestir ou de adesão acrítica aos interesses de quem encomenda, aquilo a que João Ferreira de Almeida chamou síndrome de Zelig, a situação de o sociólogo, à imagem do que fazia o personagem homónimo do filme de Woody Allen relativamente a figuras históricas, querer a todo o custo identificar-se com os desejos

que atribui ao encomendante, o que transformaria a pesquisa encomendada em mera justificação da encomenda (Almeida, 1992).

Se considerarmos, com Pierre Bourdieu, como ficou dito acima, que, à partida, o poder de refração das ciências sociais, sociologia incluída, é menor do que noutras áreas científicas, e que, por isso, elas estão mais expostas a intromissões exteriores do campo político, os riscos associados à naturalização desse mercado de estudos sociológicos aplicados às políticas públicas aumentam. E, nesse quadro, não é nada certo que, perante intromissões de vários tipos por parte de quem encomenda, os sociólogos que realizam esses estudos consigam sempre, apenas por um ato de vontade, manter-se conformes com os valores, regras e recursos académicos da sua disciplina, como defende Augusto Santos Silva. Embora Silva não ignore que o trabalho sociológico decorre em contextos socioinstitucionais mais ou menos favoráveis, a ideia de que esse trabalho depende menos desses contextos do que da vontade de boa conduta de quem faz o trabalho pode deslizar para uma conceção de sociólogo em modo heroico, invulnerável aos constrangimentos externos.

E com isto chegamos aos efeitos de esquecimento, que são, em boa medida, o reverso dos efeitos de desenvolvimento. Uma vez que as procuras de sociologia aplicada às políticas públicas incidem sobre questões específicas, dessa procura – que não deixa de ser uma pré-seleção de objetos, mesmo que os sociólogos contratados para fazer estudos tenham alguma margem para reformular esses objetos nos seus próprios termos – decorre, inevitavelmente, que haverá temas que são estudados e outros que não o são. A sociologia aplicada às políticas públicas tem associado, inevitavelmente, um efeito de agenda, agenda que não é definida autonomamente, mas heteronomamente, não dependendo a definição dessa agenda de os sociólogos envolvidos fazerem o seu trabalho de acordo com as melhores práticas científicas da sua disciplina, uma vez que a parte do trabalho que consiste na definição do tema ou campo de investigação em causa não depende deles, sendo decidida a montante. Voltando à formulação já citada de Bourdieu, nos trabalhos por encomenda a sociologia tem pouco ou nenhum espaço para oferecer o que ninguém lhe pede, porque se espera que ofereça o que se lhe pede. Dir-se-ia que o

esquecimento de que falo, sendo o resultado de as políticas públicas não atenderem a determinados aspetos da realidade social, não têm obrigatoriamente efeitos de agenda no trabalho mais geral da investigação sociológica. Mas, na verdade, têm, uma vez que contribuem para que esses aspetos se tornem invisíveis para os próprios sociólogos.

Os efeitos de esquecimento são visíveis, tal como os efeitos de desenvolvimento, quando olhamos para as diferentes especialidades sociológicas. Se há especialidades, como disse acima, que se desenvolveram muito graças a pedidos de pesquisa aplicada às políticas públicas, e em alguns casos esses pedidos até estão na própria génese dessas especialidades em Portugal, há outras cujo desenvolvimento incipiente não pode ser desligado da ausência desses pedidos. O facto de especialidades como a sociologia rural, a sociologia do crime ou a sociologia da religião não se terem consolidado na investigação sociológica em Portugal (Machado, 2022: 225-243), dependendo em parte de fatores estritamente internos ao campo sociológico, deve-se também, por outra parte, a não ter havido ou ter havido muito pouca pesquisa aplicada a políticas públicas nesses domínios. Veja-se ainda o exemplo da sociologia da ciência. Se é verdade que ela fez o seu caminho autónomo e pode ser considerada uma especialidade bem estabelecida na sociologia portuguesa, o seu volume de produção é muito mais pequeno do que o de outras especialidades e esse diferencial resulta, em alguma medida, da ausência de encomendas por parte das autoridades públicas, apesar da importância na ciência nas sociedades contemporâneas, ainda maior quando ela está sob ataque de novas ignorâncias e obscurantismos, como hoje acontece.

Um exemplo paradigmático dos efeitos de esquecimento, já que se trata de um fenómeno que, pela sua expressão, relevância e consequências, constitui um traço marcante da sociedade portuguesa no século XX e ainda nesta segunda terceira década do século XXI, é o do analfabetismo.

Portugal tinha, no início dos anos de 1970, 25% de analfabetos, cerca de 1,8 milhões de pessoas, de acordo com dados do recenseamento geral da população de 1970. De acordo com o recenseamento de 2021, o analfabetismo era ainda de 3,1%, cerca

de 300 mil pessoas. O analfabetismo constitui um grave problema de desenvolvimento, com inúmeras consequências económicas, sociais, culturais, cívicas e políticas. Apesar disso, o fenómeno nunca foi, falando apenas do período democrático posterior a abril de 1974, já que antes disso não seria de esperar que o fosse, objeto de políticas públicas que visassem a sua redução significativa ou, idealmente, a sua eliminação (Cavaco, 2016).

Nos 50 anos que passaram desde a Revolução de Abril, o analfabetismo reduziu-se sobretudo por “seleção natural”, porque os analfabetos foram morrendo, já que se trata quase sempre de pessoas idosas, com o efeito perverso de, em face do aumento da esperança de vida, o analfabetismo também ter visto a sua esperança de vida aumentada. Portugal herdou do Estado Novo um analfabetismo massivo, um grave problema de desenvolvimento da sociedade portuguesa, repito, mas as políticas dos sucessivos governos ignoraram-no, na prática. Se alguém dissesse, quer nos anos imediatos pós-25 de abril, ou nos anos que se seguiram à entrada na então Comunidade Económica Europeia, que em 2021 o país teria perto de 300 mil analfabetos, muito mais pessoas do que as que vivem numa cidade média portuguesa, quem acreditaria? É verdade que, nas décadas posteriores ao 25 de abril, o panorama educativo do país, extremamente atrasado nesse como em muitos outros aspetos, conheceu uma transformação profunda, por via da expansão sem precedentes do sistema de ensino, em todos os seus segmentos constitutivos, incluindo, em tempos mais recentes, no pré-escolar. Os recursos necessários para essa transformação estrutural – financeiros, institucionais, humanos – foram imensos e a face do país mudou totalmente neste aspeto. Mas também é verdade que o analfabetismo e os analfabetos ficaram de fora desse esforço coletivo no campo da educação.

Se do lado das políticas públicas o problema do analfabetismo se manteve invisível, não seria de esperar que os sociólogos, obrigados, por ofício, a identificar questões sociais relevantes e a analisá-las nos seus estudos, se tivessem debruçado, de moto-próprio, sobre o assunto? A resposta teórica é sim, mas não foi o que aconteceu. Apesar do carácter estrutural do analfabetismo e das muitas consequências sociais



negativas dele decorrentes, não tendo havido políticas públicas neste domínio, e as encomendas de estudos que lhes estariam necessariamente associadas, o problema do analfabetismo ficou fora do horizonte de visibilidade dos sociólogos, que também não se lembraram de o investigar autonomamente. E não pode dizer-se que essa invisibilidade seja resultado do seu desinteresse relativamente aos temas da educação e da falta de estudos sobre esses temas. Não é de todo o caso. A sociologia da educação é das especialidades mais pujantes da disciplina em Portugal – para o que contribuíram justamente muitos trabalhos de sociologia aplicada às políticas públicas nesse setor –, é um dos seus domínios clássicos duradouros, com as primeiras pesquisas a serem realizadas ainda antes de 1974, no Gabinete de Investigações Sociais, atual Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Machado, 2022: 113-121). Só que os muitos estudos sobre educação feitos por sociólogos em Portugal focam outros assuntos, muito diversos, entre os quais não se encontra o analfabetismo. Não faltam inclusivamente estudos sobre educação de adultos (Martins, 2014; Capucha, 2018; Ávila, 2023), mas esses tratam de segmentos da população adulta fracamente escolarizados, não dos analfabetos.

Diga-se, de resto, que, além da sociologia da educação, se poderia esperar encontrar trabalhos sobre as consequências do analfabetismo em domínios com a sociologia do trabalho e das organizações, a sociologia política ou a sociologia da cultura, entre outras, mas eles também não existem. Uma busca das palavras “analfabetismo” e “analfabeto/a” na *Bibliografia Temática e Cronológica da Investigação em Portugal, 1964-2024* (Machado, 2024) dá conta, entre mais de 2.500 títulos, de uma única ocorrência, um artigo sobre o analfabetismo e as políticas de educação nos primeiros anos do Estado Novo. É certo que há textos que identificam o analfabetismo como um traço estrutural da sociedade portuguesa (Barreto, 1996; Machado & Costa, 1998) e que ele é tido em conta na primeira pesquisa sobre literacia feita em Portugal, dado que, por si só, significa uma elevada percentagem de pessoas no grau mais baixo de competências de leitura, escrita e cálculo (Benavente *et al.*, 1996: 121-140). Mas não há pesquisas específicas que tenham dedicado ao analfabetismo atenção equivalente à sua saliência como problema social.

Um terceiro conjunto de efeitos da prática regular de uma sociologia aplicada às políticas públicas tem a ver, como referi, com os modos de problematização e construção dos objetos de investigação, mais especificamente, os efeitos tendenciais de fragmentação desses objetos e consequente hiperespecialização do trabalho sociológico.

A divisão da sociologia, tal como a das restantes disciplinas científicas, em especialidades é uma realidade intrínseca ao próprio campo científico, está inscrita na respetiva evolução institucional e cognitiva. A factualidade institucional da especialização interna da sociologia, a sua inércia estrutural, é consequência do próprio nível de desenvolvimento atingido pela disciplina. Essa especialização está nos cursos lecionados nas universidades, em especial os cursos de segundo ciclo; nas unidades de investigação organizadas em grupos, linhas ou núcleos especializados; nos canais de publicação, muito particularmente nas revistas, muitas das quais são de nicho; nas estruturas associativas, que se especializam também ou que, sendo generalistas, como é o caso das associações nacionais e internacionais de sociologia, se estruturam em secções temáticas; está nas atividades de debate científico; e está, ao mesmo tempo, e por todas estas razões, nos *habitus* científicos dos próprios sociólogos, nas suas perceções, apreciações e ações científicas, sociólogos que, quando se iniciam no ofício, logo adotam ou são levados a adotar – por exemplo, os estudantes de doutoramento – esse regime especializado de trabalho. No limite, as diferentes especialidades em que a disciplina se divide podem acabar por estabelecer divisões, fronteiras internas, que as isolam uma das outras, constituindo paradoxalmente um obstáculo ao avanço do próprio conhecimento sociológico (Machado, 2023: 62-63).

Ora, uma tal forma de organização do trabalho científico tende a ser reforçada pelo tipo de pesquisa aplicada às políticas públicas que é feita, na medida em que ela se realiza nesses mesmos moldes de fragmentação e especialização. Sendo a procura de trabalho sociológico, por parte das autoridades públicas, destinada a responder a temas e questões sociais específicos, vistos como setoriais, como dizendo respeito a determinados aspetos da realidade social sobre os quais se pretende intervir, então

a expectativa de quem pede respostas à sociologia é que ela as dê nesse mesmo registo parcelar, o que contribui para reforçar a fragmentação e especialização do trabalho sociológico, que na maior parte das vezes já se apresenta a si mesmo, à partida, dessa maneira. Se os pedidos concretos têm a ver com juventude, ambiente, cultura ou imigração, por exemplo, serão as sociologias especializadas com esses mesmos nomes que serão procuradas por quem procura, a saber, os ministérios, institutos públicos ou departamentos de autarquias que operam nessas áreas, e serão elas que se espera que respondam do lado de quem responde. A identidade de designações entre sociologias especializadas e ministérios governamentais, em particular, uma forma comum de perceção do mundo social, não é mera coincidência.

Assim, se os sociólogos, pelo seu próprio modo de organizar o trabalho científico, tendem a fragmentar os objetos e a deixar de se colocar questões sociológicas mais amplas, que requeiram uma apreensão global dos processos sociais, o registo parcelar em que lhes são apresentados pedidos de fora, no caso do lado das políticas públicas, vai no mesmo sentido. Um exemplo de questão de fundo, estratégica, a que os sociólogos portugueses se têm dedicado muito pouco, menos, por exemplo, do que os economistas, e sobre ela tão pouco há encomendas públicas, é por que razões Portugal, ao fim de 50 anos de democracia, não se aproximou mais dos níveis de desenvolvimento económico e social dos países mais ricos da União Europeia, algo que estava nas expectativas de muitos portugueses na sequência da Revolução de Abril e da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, em 1986. Recorde-se que a problemática do desenvolvimento estava bem patente nos primeiros trabalhos sociológicos feitos no Gabinete de Investigações Sociais na década de 1960, a começar pelos assinados pelo seu diretor, Adérito Sedas Nunes, nomeadamente aquele que se pode considerar o primeiro trabalho de base empírica da moderna sociologia portuguesa, o extenso artigo “Portugal, sociedade dualista em evolução” (Nunes, 1964). No entanto, essa problemática praticamente desapareceu da mente e do trabalho dos sociólogos.

As observações que José Madureira Pinto fazia no início deste século, a este propósito, num texto de balanço sobre a situação da sociologia em Portugal são

pertinentes e atuais. Detetava o autor na altura – e, 20 anos volvidos, a situação não se terá alterado – a tendência pouco virtuosa de retraimento no investimento teórico na fase de problematização de objetos de pesquisa. Esse desinvestimento poderia conduzir, dizia-nos, “a alguma cedência perante conhecidos modelos «pronto-a-usar» da sociologia empirista”, acrescentando que poderia estar-se perante “um efeito perverso, embora não inevitável, do aumento notório da procura oficial ou para-oficial de conhecimentos sociológicos que se tem verificado nos últimos anos” (Pinto, 2004: 20). Os exemplos que apresenta no texto sobre a maneira de reequacionar sociologicamente o modo como são socialmente tematizadas determinadas questões vistas como “problemas sociais” ilustram bem que mais investimento na problematização sociológica também ajudará a combater a tendência para a fragmentação dos objetos inscrita na maneira como são formulados os pedidos externos de estudos sociológicos, fragmentação que à partida já existe, como disse, na especialização subdisciplinar da própria sociologia.

## 2. Sociólogos na classe política

O estudo da composição, recrutamento, circulação e funcionamento das elites políticas deu origem a um vasto património de conhecimento, em sede de sociologia política e de ciência política, desde as formulações fundadoras de Gaetano Mosca (1989 [1896]), Vilfredo Pareto (1989 [1916]) e Robert Michels (1989 [1912]), a que se pode acrescentar o já clássico trabalho de Wright Mills (1956) sobre a elite de poder nos EUA em meados do século XX ou o trabalho de Robert Putnam (1977) sobre a emergência de elites tecnocráticas nas sociedades industriais avançadas. Continuando a ser um tema de pesquisa por parte de sociólogos, politólogos e outros cientistas sociais a nível internacional (Coenen-Huther, 2004; Allen & Carney, 2017), encontramos também em Portugal, oriunda das mesmas disciplinas, literatura neste domínio, embora não tão volumosa como a que se debruça sobre outros aspetos do fenómeno político globalmente considerado no pós-25 de abril de 1974. Há pesquisa publicada sobre dirigentes de topo da administração pública (Nunes, 2023), autarcas (Mendes, 1993; Almeida, 2003), deputados (Cruz, 1988; Freire, 1998, 2002), elites partidárias (Stock, 1985; Lobo, 2003), e também sobre o núcleo da elite política que desempenha funções governativas, enquanto ministros ou secretários de estado

(Almeida & Pinto, 2006; Louçã *et al.*, 2014; Pinto, 2020; Silveira, 2021). Há, além disso, pesquisa sobre as elites parlamentares (Castilho, 2003) e ministeriais (Pinto, 2001; Carvalho & Fernandes, 2003), no Estado Novo. A análise dos vários segmentos das elites políticas apresentada nestes trabalhos inclui, regra geral, a caracterização, a vários níveis, do perfil social dos seus membros, incluindo, em alguns casos, as áreas de formação académica; a identificação dos trajetos dos membros das elites políticas, antes e depois de terem feito parte delas; e o estudo da duração da permanência nessas mesmas elites, ou seja, a chamada profissionalização política. Não deixando de se sobrepor parcialmente às teorias das elites, embora goste de os apresentar como alternativas exclusivas a elas, são de ter em conta igualmente os contributos importantes de Pierre Bourdieu para uma sociologia do campo político e seu funcionamento, nomeadamente os mecanismos de representação política condensados nesse campo (Bourdieu, 1989).

É no contexto destas problemáticas, de uma sociologia das elites políticas e do campo político, que me parece adequado construir como objeto sociológico a presença de sociólogos na classe política, um dos quatro planos da relação do campo sociológico com o campo político que identifiquei na introdução, sendo os restantes a sociologia aplicada às políticas públicas, analisada no ponto anterior, e a relação com os movimentos sociais e com a formação de valores políticos, aspetos que não são objeto deste artigo. A entrada de sociólogos na classe política, diga-se, é, por si só, um indicador de recomposição das elites políticas em geral, na medida em que as áreas de formação académica dos seus membros são historicamente outras, como o direito, a economia e finanças ou as engenharias. Do mesmo modo que o fiz no que respeita à relação da sociologia com as políticas públicas, em que assinalei diversos efeitos dessa relação na definição de agendas de investigação e, por extensão, nos termos em que se coloca a autonomia no ofício de sociólogo, também no que se refere ao exercício de cargo políticos de topo é de perguntar, para pesquisas futuras, como fica a autonomia científica dos sociólogos na sua alternância entre modo sociológico e modo político.

Mas, antes de passar à análise da expressão quantitativa e evolução no tempo da presença de sociólogos em cargos políticos, do seu acesso e trajeto nesses cargos, bem como de alguns traços do seu perfil social e académico, importa especificar do que falo quando falo de sociólogos na classe política, ou seja, definir os dois conceitos. O conceito de classe política aqui utilizado é restrito, ou seja, cinge-se aos cargos de ministro e secretário de estado, no caso os sociólogos que ocuparam esses cargos em Portugal em 50 anos de democracia, de 1974 a 2024. Ficam de fora, portanto, deputados, membros de governos e parlamentos regionais, presidentes de câmara e outros autarcas, e também os dirigentes nacionais dos partidos políticos. Quanto ao conceito de sociólogo, não usei o critério mais largo da titularidade de um ou mais diplomas em sociologia, mas um critério mais restrito, que considera a existência de tais diplomas combinada com a pertença ao campo da sociologia académica, ou seja, o exercício de papéis profissionais em universidades e outras instituições de ensino superior. Trata-se, então, de pessoas com formação universitária em sociologia (licenciatura, mestrado ou doutoramento, em alguns casos mais do que um desses graus), que trabalham ou trabalharam em departamentos e centros de investigação sociológicos, ou seja, com experiência académica na disciplina. Muitos são docentes e investigadores de carreira, enquanto outros, não o sendo, estiveram, durante um tempo mais ou menos longo, ligados a departamentos e centros de investigação em sociologia, como investigadores e doutorandos. Todos têm, mesmo os últimos, trabalhos de investigação publicados. Ficam de fora os que, tendo um diploma em sociologia, pertenciam a outras esferas profissionais quando foram chamados a desempenhar funções governativas.

Para conhecer os elencos de ministros e secretários de estado dos vários governos, utilizei, sempre que disponíveis, fontes oficiais, e essa informação existia, à data da recolha empírica, em outubro de 2024, para quase todos os governos desde 1974, exceto os dois últimos, em que recorri a fontes alternativas<sup>2</sup>. Para efeitos de análise

---

<sup>2</sup> As fontes oficiais utilizadas foram o documento *Governos Portugueses. Composição e Legislação*, publicado pela Assembleia da República e a página oficial [www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx](http://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx). Nesta página há informação de todos os governos, desde 1974 até ao XX Governo Constitucional, em 2015. Naquele documento há informação de todos os governos, de 1974 até ao XXI Governo Constitucional, em funções de 2015 a 2019. Para os governos posteriores, os XXII, XXIII e XXIV Governos Constitucionais, utilizei o artigo “Governo da República Portuguesa” da Wikipédia.

estatística, tive em conta, simultaneamente, os cargos ocupados e os titulares desses cargos, dado que a mesma pessoa pode ter ocupado mais do que um cargo, o que é analiticamente relevante. Tão importante é saber quantos ministros e secretários de estado eram sociólogos, que é o ponto de vista dos cargos ocupados, como é saber quantos sociólogos foram ministros e secretários de estado, que é o ponto de vista dos titulares desses cargos. Como vários sociólogos foram ministros e/ou secretários de estado mais do que uma vez, há mais ministros e secretários de estado sociólogos do que sociólogos ministros e secretários de estado. Em anexo está a tabela com todos os cargos de ministro e secretário de estado exercidos por sociólogos de 1974 a 2024.

Vejamos então, para começar, quantos sociólogos ocuparam cargos governativos entre 1974 e 2024 e o número de cargos que ocuparam (Quadro 1), como evoluiu nesse período a frequência de exercício de tais funções (Quadro 2) e de que universidades saíram para integrarem o governo (Quadro 3). Neste período, 23 sociólogos pertenceram aos 30 governos em funções (seis governos provisórios e 24 governos constitucionais), nos quais desempenharam 42 cargos, 23 de ministro e 19 de secretário de estado. Os sociólogos parecem, assim, capazes de responder à “elevação do direito de entrada no campo [político]” e “ao reforço das exigências em matéria de competência geral ou mesmo específica”, que Bourdieu diz estarem associadas à autonomização crescente desse campo, exigências que se instituem em “detrimento dos simples militantes” (Bourdieu, 1989: 171).

#### Quadro 1.

Sociólogos no governo e cargos desempenhados (1974-2024).

|                                               |    |
|-----------------------------------------------|----|
| Cargos de ministro desempenhados              | 23 |
| Cargos de secretário de estado desempenhados  | 19 |
| Total de cargos desempenhados                 | 42 |
| Titulares dos cargos desempenhados            | 23 |
| Governos em funções desde 25 de abril de 1974 | 30 |

Tendo em conta, como ficou dito, que se trata apenas de sociólogos académicos ou semiacadémicos, que deixam a atividade universitária em sociologia, desempenhada a tempo inteiro ou parcial, para passarem a ser membros do governo, estamos perante um número elevado de pessoas e cargos desempenhados. É claro que, para fundamentar devidamente esta afirmação, para que ela ganhe máximo rigor, seria necessária análise adicional, com base, nomeadamente, em dados comparativos

MACHADO, Fernando Luís (2024),

“Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português”,  
*Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIX, pp. 13 - 55  
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>



referentes a outras áreas de formação académica e a outros setores profissionais de origem dos que exercem funções de ministro ou de secretário de estado. À primeira vista, dir-se-ia até que 42 cargos, entre as várias centenas correspondentes aos 30 governos em causa, é um valor percentualmente diminuto. Mas essa não é a linha de análise adequada. A análise que importa, e que requer informação empírica por recolher, é, quanto a mim, de natureza comparativa, sim, mas deve adotar, para as pessoas de outras áreas, uma definição homóloga à definição de sociólogo que adoto aqui. Ou seja, trata-se de comparar quantitativamente as áreas de formação dos titulares de cargos governativos, considerando apenas os que transitaram diretamente de funções universitárias nessas áreas para o governo; e ver, em particular, diria, que presença têm académicos de outras ciências sociais, além da sociologia.

Sobre as áreas de formação dos governantes em geral, há evidência empírica abundante. O direito é a área académica dominante nas elites políticas, nomeadamente dos membros de governo e deputados, tanto no Estado Novo (Martins, 1998; Pinto, 2001; Castilho, 2003; Carvalho & Fernandes, 2003) como em democracia após 1974 (Freire, 1998; Almeida & Pinto, 2006; Louçã *et al.*, 2014; Pinto, 2020), e essa continuidade não deixa de ser reveladora da força singular da formação jurídica no acesso aos círculos do poder político. Depois do direito, as áreas mais frequentes são a economia e as engenharias. Se, com base nessa literatura, compararmos, de maneira genérica, o número de sociólogos com o de juristas, economistas ou engenheiros, vemos que eles são muito menos e que a sua presença nas elites políticas é também mais recente, o que desde logo reflete a muito maior longevidade da institucionalização universitária daquelas disciplinas em comparação com a sociologia. Mas esta constatação, que parece minimizar a presença de sociólogos nas elites políticas, deve ser contextualizada, nos termos que acabei de referir.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que os números de sociólogos e de cargos por eles desempenhados indicados no Quadro 1 dizem respeito apenas àqueles que estavam na vida académica e da investigação nas universidades e não ao grupo mais alargado de pessoas com um grau em sociologia, integrados nessa ou noutras

atividades profissionais. Ora, os trabalhos citados, que mostram a predominância do direito, da economia e finanças e das engenharias como áreas de formação dos membros da classe política, utilizam a conceção alargada do grau académico, e não a conceção restrita que considera o grau e o exercício de atividade académica na área correspondente a esse grau. Se como juristas, economistas ou engenheiros integrantes da classe política contássemos apenas os que entraram nessa classe provenientes do mundo universitário, como aqui é feito com os sociólogos, o número de sociólogos e os de pessoas daquelas áreas ficariam provavelmente no mesmo patamar. Em segundo lugar, verifica-se que os sociólogos académicos têm uma presença muito maior do que os homólogos de outras ciências sociais. Se só uma pesquisa comparativa sistemática permitiria determiná-lo rigorosamente, mesmo uma apreensão impressionista dá para perceber que o número de sociólogos em funções de ministro ou secretário de estado não encontra paralelo em antropólogos, geógrafos, historiadores, psicólogos sociais, demógrafos ou cientistas políticos. É como se a sociologia estivesse para as restantes ciências sociais como o direito está para as áreas de formação académica em geral.

#### Quadro 2.

Sociólogos no governo por fases de institucionalização da sociologia (1974-2024)<sup>3</sup>.

| Fase de institucionalização da sociologia | Período        | Cargos governativos desempenhados por sociólogos (A) | Número de governos vigentes (B) | A/B Média de participação |
|-------------------------------------------|----------------|------------------------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| Institucionalização inicial               | 1974-1985      | 7                                                    | 16                              | 0,4                       |
| Consolidação institucional                | 1986-1999      | 9                                                    | 5                               | 1,8                       |
| Institucionalização avançada              | 2000 em diante | 32                                                   | 11                              | 2,9                       |

A expressão quantitativa da presença de sociólogos no desempenho de cargos governativos torna-se mais perceptível se a avaliarmos no eixo do tempo. De facto, percebe-se que ao longo das décadas, no período em análise, essa presença vai sempre aumentando, que ela não é, pois, uma ocorrência circunstancial. E percebe-se também que, sendo visivelmente maior na fase mais recente desse período de 50 anos, de 2000 em diante, a participação de sociólogos no governo vem desde o início

<sup>3</sup> Há dois governos, o X Governo Constitucional (1985-1987) e o XIV Governo Constitucional (1999-2002), que recobrem duas fases, por isso contam duas vezes (em vez de um total de 30 é um total de 32), contando também duas vezes os cargos desempenhados por sociólogos nesses governos, sendo que só houve sociólogos no segundo deles, o de 1999-2002 (em vez de um total de 42 é um total de 48 – um sociólogo teve três pastas num desses governos).

do período democrático, do tempo imediatamente a seguir ao 25 de abril de 1974, quando estiveram em funções governos provisórios, antes da aprovação da Constituição de 1976. Se calcularmos a taxa de participação que divide a quantidade de sociólogos em cargos de ministro e secretário de estado pelo número de governos em funções nos três períodos considerados no Quadro 2, vemos que a participação passa de 0,4 sociólogos por governo na primeira década depois de abril de 1974 para 2,9 sociólogos por governo no período de 2000 em diante. Olhar para a participação de sociólogos no governo posta no eixo do tempo permite confirmar que ela representa, de facto, uma recomposição parcial da classe política, que se abre à entrada de novos protagonistas, com um novo tipo de formação académica, embora se mantenha aparentemente fechada a outras ciências sociais.

Por outro lado, a evolução quantitativa registada tem também significado interno para o campo sociológico. Se ela diz do acesso dos sociólogos à classe política, diz igualmente da própria sociologia e do seu processo de institucionalização em Portugal. As três fases em que dividi o arco temporal de 50 anos em causa, tendo em vista determinar a participação governativa dos sociólogos em cada uma delas, são as mesmas que, noutro lugar, usei para reconstituir a história da própria disciplina: institucionalização inicial, consolidação institucional e institucionalização avançada (Machado, 2020). Nesse trabalho pude identificar as ocorrências e desenvolvimentos institucionais, em cinco dimensões (ensino, investigação, publicação, associação e internacionalização), que consubstanciam o processo de afirmação da sociologia portuguesa, justificando a identificação dessas três fases. O significado interno do aumento do número de sociólogos no governo ao longo dos anos é que ele acompanha o processo de institucionalização da disciplina: à medida que a institucionalização avança, mais são os sociólogos que entram na classe política. E essa entrada, por sua vez, em processo de retroação, reforça a afirmação pública da disciplina, tal como a reforça a investigação sociológica aplicada às políticas públicas. Se, como ficou dito no ponto anterior, a sociologia aplicada às políticas públicas, sem deixar de trazer reconhecimento público à disciplina, suscita questões relativas à autonomia de exercício do ofício sociológico, o mesmo pode dizer-se da participação dos sociólogos no núcleo mais poderoso da classe política.

E de que universidades vêm os sociólogos que nestes cinquenta anos fizeram parte do governo (Quadro 3)? A esse respeito encontramos diversidade, mas assimetria. Se os sociólogos que foram ministros e secretários de estado são oriundos de oito universidades e outras instituições de ensino superior, as percentagens respetivas são muito desiguais. Uma instituição, o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), mais pequena e mais recente, ou muito mais recente, do que a Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto, e também mais pequena do que a sua contemporânea Universidade Nova de Lisboa, é o ponto de partida de quase metade dos sociólogos titulares de cargos governativos e de percentagem idêntica dos cargos por eles exercidos (46% e 49%, respetivamente). Diga-se que a predominância desta instituição cresce ao longo do período em análise. Se contarmos, das três fases deste período, apenas a mais recente, de 2000 em diante, os sociólogos oriundos do ISCTE-IUL aumentam a sua percentagem para 58% e os cargos por eles exercidos sobem para 56% do total. Nos últimos três executivos do período em análise, os XXII, XXIII e XXIV Governos Constitucionais, em funções entre 2015 e 2024, dos nove sociólogos que foram ministros e secretários de estado, sete provinham do ISCTE-IUL, responsáveis por 14 dos 18 dos cargos desempenhados por sociólogos nesses governos.

**Quadro 3.**Sociólogos no governo (1974-2024): universidades de origem<sup>4</sup>

|                                                | Cargos desempenhados | Titulares dos cargos |
|------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Universidade Nova de Lisboa                    | 7 (14,9%)            | 6 (21,4%)            |
| Universidade de Lisboa                         | 4 (8,5%)             | 3 (10,7%)            |
| ISCTE-IUL                                      | 23 (48,9%)           | 13 (46,4%)           |
| Universidade do Porto                          | 7 (14,9%)            | 1 (3,6%)             |
| Universidade de Coimbra                        | 2 (4,3%)             | 1 (3,6%)             |
| Universidade de Évora                          | 1 (2,1%)             | 1 (3,6%)             |
| Universidade Católica Portuguesa               | 2 (4,3%)             | 2 (7,1%)             |
| Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa | 1 (2,1%)             | 1 (3,6%)             |
| Total                                          | 47 (100,0%)          | 28 (100%)            |
| Instituições de Lisboa                         | 37 (78,7%)           | 25 (89,3%)           |
| Instituições do resto do país                  | 10 (21,3%)           | 3 (10,7%)            |
| Total                                          | 47 (100,0%)          | 28 (100,0%)          |

Embora a maior parte dos trabalhos que identificam a formação académica dos membros das elites políticas não refira as instituições onde essa formação foi obtida, os que o fazem mostram que na área do direito, desde sempre maioritária, também há uma instituição, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), que se destaca entre as demais do seu campo (Almeida & Pinto, 2006; Nunes, 2023). O ISCTE-IUL está, pois, para a sociologia como a FDUL parece estar para o direito.

Outra conclusão importante que se retira da análise das instituições de ensino superior de origem dos sociólogos que foram ministros e secretários de estado é que as instituições lisboetas são hegemónicas: os sociólogos de instituições lisboetas desempenharam 79% dos cargos e representam 89% dos que exerceram esses cargos. Se universidades de referência, pela sua história e dimensão, e também pelo lugar que ocupam no campo sociológico, como a Universidade de Coimbra e a Universidade do Porto, estão escassamente representadas, outras, que há décadas produzem investigação sociológica e oferecem formação académica completa na área (Universidade do Minho, Universidade da Beira Interior, Universidade dos Açores), não aparecem sequer na lista. A chegada dos sociólogos à classe política,

<sup>4</sup> Neste caso, o número de titulares e o número de cargos são superiores aos valores de partida porque há pessoas com dupla ou tripla pertença universitária, que assim tiveram de ser contadas, bem como os cargos que ocuparam.

constituindo uma novidade sinónimo de abertura dessa classe, não altera, no entanto, antes reforça, a geografia das instituições académicas de origem dos governantes. Louçã, Lopes e Costa, que examinaram um conjunto de 1281 cargos de ministro e secretário de estado e de 776 titulares desses cargos entre 1976 e 2013, mostram, com efeito, que a proveniência predominantemente lisboeta é o padrão: “há 584 cargos que foram ocupados por quem se formou em Lisboa (que são 370 pessoas), 128 cargos para Coimbra (de 77 governantes), 105 para o Porto (ocupados por 57 pessoas). As várias universidades de Lisboa, somadas, são absolutamente predominantes, e Coimbra ainda ultrapassa o Porto (Louçã *et al.*, 2014: 138). A abertura das elites políticas à entrada de protagonistas com formações académicas diferentes, no caso a sociologia, vai de par com um duplo fechamento geográfico e institucional: um recrutamento esmagadoramente lisboeta, caso para dizer lisboacêntrico, e numa determinada instituição universitária mais do que em qualquer outra.

Um segundo conjunto de indicadores pertinentes relativos à participação de sociólogos em cargos governativos inclui a composição político-partidária dos governos de que fizeram parte (Quadro 4) e a duração dessa participação, medida de duas maneiras complementares, o número de anos em cargos governativos (Quadro 5) e o número de governos a que pertenceram (Quadro 6). Os sociólogos que exercem funções governativas como ministros e secretários de estado, normalmente em pastas a que poderíamos chamar socioculturais – educação, juventude, emprego, trabalho e solidariedade, igualdade, cultura –, embora haja casos de exercício de pastas mais estritamente políticas (assuntos parlamentares, presidência do conselho de ministros), fazem-no, na grande maioria dos casos, em governos do Partido Socialista (PS).

#### Quadro 4.

Composição político-partidária dos governos com participação de sociólogos (2074-2024).

| Composição político-partidária       | Cargos      | Titulares   |
|--------------------------------------|-------------|-------------|
| Governos pluripartidários            | 2 (4,8%)    | 1 (4,3%)    |
| Governos de independentes            | 3 (7,1%)    | 3 (13,0%)   |
| Governos do Partido Socialista       | 35 (83,3%)  | 17 (73,9%)  |
| Governos de Partido Social Democrata | 2 (4,8%)    | 2 (8,7%)    |
| Total                                | 42 (100,0%) | 23 (100,0%) |

MACHADO, Fernando Luís (2024).

“Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIX, pp. 13 - 55  
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>

Do total de sociólogos que desempenharam funções governativas entre 1974 e 2024, 74% fizeram-no em governos do PS e, do total de cargos ocupados, 83% foram-nos nesses governos. A participação de sociólogos em governos de direita ou centro-direita é muito reduzida, não chegando a 10% do total, quer quanto aos titulares quer quanto aos cargos. Há ainda, historicamente, a presença em governos pluripartidários no período imediatamente posterior ao 25 de abril de 1974 e em governos de independentes, no caso, um governo de iniciativa presidencial constituído em 1979 para assegurar provisoriamente a condução do Estado enquanto se organizavam eleições legislativas. O modo de participação dos sociólogos em funções governativas, predominantemente à esquerda ou centro-esquerda, é idêntico, no duplo sentido de identidade académica e de identidade política, ao que se encontra quando se analisam as áreas de formação de outros segmentos das elites políticas. Num estudo sobre o perfil social dos deputados portugueses à Assembleia Constituinte, que aprovaria a Constituição de 1976, e dos que fizeram parte do Parlamento nas legislaturas de 1985 a 1999, Freire mostra que as áreas de formação académica não se distribuem uniformemente pelos partidos políticos. Pelo contrário, observa-se um padrão que consiste em, proporcionalmente, haver mais deputados com formação em Direito nos partidos de direita e centro-direita e mais deputados com formação em Letras nos partidos de esquerda. Como nota oportunamente o autor, adotando a perspetiva bourdieusiana do espaço social, “em termos de estrutura de capital, a esquerda evidencia uma posição dominada no seio dos grupos dominantes” (Freire, 1998: 128). A Sociologia, no que respeita à presença de sociólogos no governo, está mais perto do polo representado pela formação em Letras do que do polo representado pela formação em Direito.

A associação quase exclusiva dos sociólogos que desempenham funções governativas a governos de esquerda ou centro-esquerda é comentada por Michael Burawoy, o norte-americano propositor da chamada “sociologia pública”, num texto em que comenta a sociologia portuguesa no início do século XXI. Entre vários aspetos que considera serem contributos da sociologia portuguesa, a partir da “semiperiferia”, para “a causa mundial da sociologia pública”, Burawoy destaca justamente essa “associação estreita [dos sociólogos] com os governos socialistas”, que contribuiu para promover a sociologia pública e a sociologia ligada às políticas públicas.



Burawoy aplaude, em particular, que os sociólogos tenham entrado “na arena política como ministros, deputados, líderes sindicais e a todos os níveis do serviço público, enquanto aqueles que se mantiveram na academia se tornaram consultores dos líderes do país, do Presidente para baixo”. O norte-americano diz ainda que “a adesão à União Europeia representou um novo ímpeto para a sociologia aplicada às políticas públicas – uma avalanche de encomendas para mapear padrões de desigualdade, pobreza, educação e para o diagnóstico de problemas sociais, da droga às prisões ou à saúde mental (...) A sociologia aplicada às políticas públicas reverbera e energiza todas as arenas da sociologia” (Burawoy, 2007: 142-143). O entusiasmo de Burawoy com o que observa nos dois planos de relação da sociologia com o campo político aqui tratados, a sociologia aplicada às políticas públicas e a participação de sociólogos na classe política, e com a alegada singularidade portuguesa na intensidade dessa relação, parece fazer o nosso autor esquecer dois pontos importantes. Um é a sua própria distinção entre uma sociologia instrumental e uma sociologia reflexiva, em que a primeira é justamente a sociologia usada pelos governos, o que Gouldner (1970) chamava sociologia administrativa. Será que, quando usada por governos de esquerda e centro-esquerda, a sociologia já não corre o risco de ser instrumental? A questão merece reflexão. O segundo ponto é a sempre incontornável, e já colocada acima, questão da autonomia do campo sociológico relativamente ao campo político: como fica essa autonomia quando a relação entre os dois campos é tão estreita?

No que respeita à duração da presença de sociólogos em funções governativas, deve ter-se em conta que, por definição, a pertença a uma elite política pressupõe alguma permanência. Entradas na elite política para saídas pouco tempo depois não são comparáveis com os casos em que a presença na mesma é duradoura. Mesmo em contexto democrático, em que, por via eleitoral, tende a dar-se uma substituição alargada dos titulares de cargos, os estudiosos do tema chamam a atenção para a profissionalização dos políticos, em que a presença na classe política dos titulares desses cargos – membros do governo, deputados, autarcas, dirigentes partidários a tempo inteiro –, tende a coincidir com o seu próprio ciclo de vida ativa, observando-se a passagem de uns cargos para outros ao longo desse ciclo (Freire, 2002; Allen, Carney, 2017). Bourdieu fala, a este propósito, do “monopólio dos profissionais”, ou

seja, “a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo” (Bourdieu, 1989: 164). A duração da permanência, matéria de determinação empírica, deve, portanto, levar em conta que, havendo mudança de funções, pode manter-se a pertença à elite política, como acontece frequentemente quando membros de um governo passam ou regressam à condição de deputados, na sequência de o partido que representam perder eleições.

**Quadro 5.**

Sociólogos em cargos governativos (1974-2024): tempo de governo.

|                    |             |
|--------------------|-------------|
| Mais de oito anos  | 2 (8,7%)    |
| Quatro a oito anos | 5 (21,7%)   |
| Dois a quatro anos | 7 (30,4%)   |
| Até dois anos      | 9 (39,1%)   |
| Total              | 23 (100,0%) |

**Quadro 6.**

Sociólogos em cargos governativos (1974-2024): número de governos a que pertenceram.

|                  |             |
|------------------|-------------|
| Um               | 14 (60,9%)  |
| Dois             | 6 (26,1%)   |
| Três             | 2 (8,7%)    |
| Mais do que três | 1 (4,3%)    |
| Total            | 23 (100,0%) |

Se a duração da presença na classe política, no caso, dos sociólogos em funções de ministro ou secretário de estado, pode ser avaliada em tempo linear, pelo número de anos nessas funções, o recurso a um segundo indicador, o número de governos de que se fez parte, justifica-se porque os governos podem ou não durar uma legislatura completa, e em democracia isso ocorre com uma certa frequência. Para uma mesma duração em anos, digamos quatro anos e alguns meses, o correspondente a uma legislatura inteira em Portugal, podemos ter duas situações diferentes: a daqueles que fizeram parte de um governo de legislatura e se mantiveram em funções durante todo esse tempo; e a dos que pertenceram a governos que duraram pouco tempo, mas fizeram parte de mais do que um, em que é a repetição do exercício de funções governamentais que se torna significativa.

O que os números dos Quadros 5 e 6 dão a entender é que os sociólogos que tiveram funções governativas entre 1974 e 2024 se encontram em duas situações-tipo. Há uma maioria, entre os 60 e os 70 por cento, que teve uma participação governativa de relativamente curta duração, de até quatro anos, tendo feito parte de apenas um governo; e uma minoria, não residual, constituída por aqueles que estiveram nessas funções mais de quatro anos ou mais de oito anos e pertenceram a dois ou mais governos. Os casos extremos de cada uma destas situações-tipo são, por um lado, a presença de muito curta duração num só governo, seja porque ele durou pouco ou porque o titular em causa esteve pouco tempo em funções; e, por outro lado, participações de longa duração, de mais de 15 anos em postos governativos. Aqui pode falar-se de profissionalização política, daqueles a quem, noutra registo de linguagem, Louçã e outros chamam “campeões”, por terem ocupado cinco ou mais cargos em diferentes governos (2014: 140-145). Note-se que os números apresentados dizem respeito somente ao tempo de exercício de funções governativas, não se contando, portanto, o desempenho de outros lugares nas elites políticas, como o de deputado ou autarca. Só nessa avaliação ampla se poderia chegar a conclusões mais sólidas sobre a duração da permanência dos sociólogos nessas elites. Se nos casos em que há uma participação de muitos anos em governos essa participação, só por si, já significa longa duração nas elites, independentemente de terem sido exercidas ou não outras funções, entre os que tiveram funções governativas durante pouco tempo não deixará de haver quem tenha desempenhado, antes ou depois da passagem pelo governo, outros cargos políticos, constituindo também, por essa via, um caso de profissionalização.

O antes e o depois do desempenho de cargos governativos é, em si, um aspeto que tem merecido a atenção dos investigadores desta área (Cruz, 1988; Mendes, 1993; Freire, 2002; Louçã *et al.*, 2014; Pinto, 2020). No caso dos sociólogos que foram membros do governo saídos diretamente da universidade, encontramos duas situações antes que parecem ter influência no que sucede depois. Se todos saíram da atividade académica ou semiacadémica (doutorandos, por exemplo) em sociologia para desempenharem cargos governamentais, alguns, antes de assumirem essas funções, já eram militantes ou dirigentes dos partidos que formaram governo, ao passo que outros, provavelmente próximos desses partidos em termos políticos e

ideológicos, não tinham, no entanto, pertença e funções partidárias formais, os chamados “independentes”. Quando se observa os trajetos posteriores à cessação das funções governativas, o que parece ocorrer – mas falta confirmação baseada em evidência empírica mais sistemática – é que os sociólogos com filiação e responsabilidades partidárias anteriores têm mais probabilidade de continuar na classe política, como deputados, por exemplo, enquanto os independentes tendem a regressar à universidade. O que não se verifica de todo com os sociólogos que exercem funções governativas é o que acontece com boa parte dos ministros e secretários de estado das áreas de formação académica dominantes – direito, economia, engenharias – que, cessadas essas funções, vão para posições de topo no mundo empresarial ou regressam a elas (Louçã *et al.*, 2014: 145-174). É certo que também há exemplos de ministros e secretários de estado recrutados nos mundos académicos do direito, da economia e da engenharia que regressam às suas universidades depois do desempenharem esses cargos, mas são mais raros.

Os dois últimos indicadores que pude construir sobre os sociólogos que desempenharam cargos governamentais são os relativos à sua composição sexual (Quadro 7) e origem geográfica (Quadro 8). Estes indicadores são importantes como traços de um perfil social, mas, mais do que isso, mostram em que medida, também aqui, podemos falar de abertura ou fechamento das elites políticas, e permitem comparações com os dados apresentados por outros estudos.

#### Quadro 7.

Sociólogos no governo (1974-2024): composição sexual.

|          | Cargos desempenhados | Titulares   |
|----------|----------------------|-------------|
| Homens   | 28 (66,7%)           | 15 (65,2%)  |
| Mulheres | 14 (33,3%)           | 8 (34,8%)   |
| Total    | 42 (100,0%)          | 23 (100,0%) |

No que respeita à composição sexual, ela é, sem surpresa, maioritariamente masculina: 65% dos sociólogos que ocuparam cargos no governo são homens e 67% dos cargos desempenhados foram-no por sociólogos homens. Das oito sociólogas que ocuparam cargos governativos, três foram ministras, duas foram secretárias de estado e ministras e três foram secretárias de estado, e três das oito fizeram parte de

mais do que um governo. Se as mulheres aparecerem em minoria não é surpresa, dado o conhecido padrão geral da sua sub-representação em lugares de máximo poder, político ou outro, só comparativamente se pode saber quão sub-representadas as mulheres estão neste caso. Ora, o que a literatura nos revela é que, em termos gerais, a percentagem de mulheres membros do governo é consideravelmente mais baixa do que a observada nas sociólogas. Num estudo em que analisa as elites ministeriais portuguesas entre 1976 e 2019, Pinto conclui que 88% das pessoas nomeadas ministras eram homens (Pinto, 2020: 155-156). Louçã e outros, tomando o conjunto dos nomeados ministros e secretários de estado entre 1976 e 2013, chegam a resultado idêntico: apenas 9% das 776 pessoas em causa eram mulheres (Louçã *et al.*, 2014: 176-179). A percentagem de sociólogas que desempenharam funções governativas, ministras e secretárias de estado, não só está claramente acima do valor médio da presença feminina nesses cargos, como se verifica que em anos mais recentes essa percentagem sobe. Se considerarmos os governos de 2015 a 2024, vemos que, dos nove sociólogos que tomaram parte neles, cinco foram homens e quatro mulheres, perto da paridade, portanto. A composição maioritariamente feminina do grupo profissional dos sociólogos ajudará a explicar que as sociólogas estejam mais representadas nos governos do que as mulheres (de outras áreas de formação) em geral. Pode falar-se, neste caso, em suma, de uma dupla abertura das elites políticas: abertura à sociologia e abertura às mulheres.

**Quadro 8.**

Sociólogos no governo (1974-2024): localização geográfica.

|                                      |            |
|--------------------------------------|------------|
| Área Metropolitana de Lisboa         | 20 (87,0%) |
| Região Norte                         | 1 (4,3%)   |
| Região Centro                        | 1 (4,3%)   |
| Região Sul                           | 1 (4,3%)   |
| Regiões Autónomas (Açores e Madeira) | -          |
| Total                                | 23 (100%)  |

Já o mesmo não se pode dizer quanto à localização geográfica dos sociólogos que foram ministros e secretários de estado. Tomando a localização geográfica das universidades a que estavam ligados como indicador indireto de zona de residência, o que, na ausência de dados diretos sobre a última, é uma aproximação aceitável, vemos que a maioria esmagadora era da Área Metropolitana de Lisboa: 87% dos

titulares desses cargos residiam na área da capital. O recrutamento preferencialmente lisboeta das elites políticas em geral é evidenciado por alguns estudos, embora o tema seja abordado menos vezes do que seria de esperar. Almeida e Pinto, numa pesquisa extensiva sobre o recrutamento dos ministros portugueses entre 1851 e 1999, mostram-no: “a proporção de ministros oriundos da capital e seus arredores tem variado entre um quinto e um terço do total, ao passo que a população de Lisboa nunca ultrapassou cerca de 10% da população do país” (Almeida & Pinto: 2006: 35). Louçã e outros, através da análise dos perfis sociais do já mencionado conjunto de 776 governantes entre 1976 e 2013, embora não apresentem dados sobre naturalidade ou residência, assinalam também a proveniência lisboeta desses governantes, vista pela localização das instituições de ensino superior que frequentaram: 73% formaram-se em instituições de Lisboa (Louçã *et al.*, 2014: 138). Embora nenhum destes estudos use o critério da região de residência propriamente dito, que seria o indicador adequado, mais até do que o da região de naturalidade, o que apresentam é suficiente para se falar de lisboacentrismo no recrutamento geográfico das elites políticas em democracia. Nos termos do padrão sociológico de um espaço geográfico socialmente hierarquizado (Bourdieu, 1979: 135-136), a proximidade geográfica ao poder é também uma via de acesso a esse poder, através da operação de redes sobrepostas de capital social e capital político. Estar mais perto do poder e das suas instituições, centralizadas na capital do país, é estar mais perto de entrar na classe política. Embora o facto de não dispormos de um indicador comum de localização residencial aconselhe prudência comparativa, os números apresentados acima parecem indicar que o lisboacentrismo ainda é maior nos sociólogos do que nos membros do governo globalmente considerados.

Visto o conjunto disponível de indicadores relativos ao número de sociólogos académicos e semiacadémicos membros de governo entre 1974 e 2024, aos cargos que desempenharam, às instituições universitárias a que estão ligados, à composição político-partidária dos governos de que tomaram parte, à duração desses cargos, e ainda os elementos relativos à composição sexual e localização geográfica desses sociólogos, podem tirar-se algumas ilações sobre os seus modos de participação na classe política, aqui na aceção restrita de membros do governo, à luz de uma das problemáticas principais deste campo de investigação, a do fechamento e abertura

dessa elite. Por um lado, encontramos sinais de abertura no próprio facto de os sociólogos integrarem a classe política, na qual as áreas de formação predominantes são outras; no facto de a sua profissionalização política ser parcial ou, dito de outra forma, de haver, para vários deles, uma circulação de volta à academia após o exercício de funções de governo; e ainda no facto de a presença de sociólogos no governo significar maior participação feminina na elite política. Por outro lado, veem-se também sinais de fechamento: os sociólogos académicos assumem funções governativas, mas o mesmo não acontece com académicos de outras ciências sociais; residem esmagadoramente na região de Lisboa e são também lisboetas as universidades a que estão ligados; há uma instituição universitária de origem que sobressai amplamente entre todas as outras, muito acima do seu peso histórico e quantitativo; e participam no governo quando este é de esquerda ou centro-esquerda, sendo residual a participação em executivos de direita ou centro-direita.

### 3. Sociologia e campo político: para saber mais

O que este artigo apresenta, como mencionado em subtítulo, é uma aproximação ao conhecimento sociológico da relação entre a sociologia e o campo político em Portugal. É uma das vertentes de uma sociologia da sociologia, certamente das mais importantes, que está largamente por fazer. É certo que há um bom número de textos em que sociólogos portugueses escrevem sobre a disciplina em Portugal, sob a forma de reflexões avulsas ou de testemunhos, textos que, sem prejuízo do interesse de que se reveste pelo menos uma parte deles, não constituem, no entanto, análise sociológica propriamente dita. Se os sociólogos constroem como objetos de investigação inúmeros aspetos da realidade social, só ocasionalmente fazem o mesmo com a sua própria prática enquanto sociólogos e com o campo sociológico no seu conjunto. Esses testemunhos e reflexões pessoais – pense-se em que medida eles conseguem superar, ou querem fazê-lo, o excesso de familiaridade ou a ilusão da transparência daquilo de que falam – constituem, é claro, material valioso para uma abordagem sociológica e sócio-histórica da sociologia.

Na perspetiva de mais pesquisa futura na ótica dessa sociologia da sociologia, e no que se refere em particular à relação do campo sociológico com o campo político, nas



quatro dimensões que equacionei na introdução, termino com breves sugestões para uma agenda de pesquisa em cada uma dessas dimensões, as duas sobre as quais me debrucei aqui, a sociologia aplicada às políticas públicas e a participação dos sociólogos na classe política, e as duas que apenas deixei enunciadas, a relação com os movimentos sociais e a contribuição da sociologia para a consolidação de valores políticos democráticos.

No que respeita à relação da sociologia com as políticas públicas, o caso português confirma plenamente a sétima das nove teses sobre o futuro da sociologia que Anthony Giddens formulou num texto escrito em meados da década de 1980, tese que preconizava um envolvimento cada vez mais profundo da sociologia com a elaboração de reformas e políticas sociais (Giddens, 1987). A sociologia portuguesa, tem, de facto, esse trajeto nas últimas décadas, embora o seu envolvimento com as políticas sociais não pareça ter decorrido no modo dialógico prefigurado por Giddens, ou seja, num diálogo entre investigadores, decisores políticos e os grupos sociais destinatários das políticas em causa. Em que medida essa relação ocorreu ou não assim, é matéria, no entanto, de determinação empírica e esse é justamente um dos tópicos constitutivo da agenda de pesquisa sociológica sobre a sociologia aplicada às políticas públicas. Sobreposta a esta, outra questão de pesquisa de ordem geral é saber que efeitos essa sociologia, incorporada nas políticas públicas, teve sobre os setores e grupos sociais visados, e esta questão pode tornar-se mais ampla, e mais pertinente, se pensarmos que, em última análise, o contributo da sociologia para as políticas públicas é o contributo da sociologia para o desenvolvimento do país, desenvolvimento esse, já agora, pouco tomado como objeto de investigação sociológica. Será também preciso fazer, até como base empírica para responder a questões maiores como as enunciadas, uma sociografia dessa sociologia aplicada: que projetos de investigação relacionados com políticas públicas têm sido desenvolvidos; por que unidades de investigação e investigadores; em que áreas temáticas; que governos ou municípios os encomendaram; em que circunstâncias; que natureza tinham esses projetos (fundamentação, avaliação, estudo de impacto); que financiamento esteve envolvido; como foram definidas as problemáticas e construídos os objetos de investigação desses projetos. E mais perguntas podem entrar nessa sociografia.

Relativamente à participação de sociólogos na classe política, se é certo que neste artigo já ficam alguns elementos de pesquisa, será preciso expandir a investigação em duas direções. Por um lado, considerar não apenas os sociólogos que desempenharam funções governativas, mas também os que são deputados, nacionais e europeus, dirigentes partidários profissionais, membros de governos e parlamentos regionais, e autarcas com diferentes níveis de responsabilidade. E, fazendo-o, alargar o conceito restrito de sociólogo usado neste artigo, ou seja, não considerar apenas os sociólogos ligadas à academia, mas também os que, tendo obtido um grau em sociologia, integraram a classe política nesse sentido lato, saídos de outros mundos profissionais. Por outro lado, conhecer a situação das diferentes ciências sociais no que respeita ao acesso dos seus académicos e diplomados em geral à classe política. Os elementos que apresentei sugerem que esse acesso é muito maior a partir da sociologia do que de outras disciplinas desta área, mas falta determiná-lo empiricamente de maneira sistemática e, a confirmar-se, perceber porque é que essa diferença existe. Se as elites políticas se abrem à entrada de sociólogos para serem ministros, secretários de estado ou deputados, porque é que o mesmo não acontece com cientistas políticos, antropólogos, geógrafos, historiadores ou psicólogos sociais, sabendo-se que estas disciplinas também são solicitadas, embora menos frequentemente do que a sociologia, para a elaboração de estudos aplicados às políticas públicas?

No que se refere à relação dos sociólogos com os movimentos sociais – que, recorde-se, teve os seus primeiros momentos de concretização no imediato pós-Abril de 1974, quando a sociologia passou a ser praticada em liberdade –, uma agenda de pesquisa sociológica incluirá necessariamente pontos que são idênticos aos da agenda para o estudo da participação dos sociólogos na classe política, na medida em que as duas coisas estão parcialmente sobrepostas. Alguns dos sociólogos envolvidos em movimentos sociais participam simultaneamente na classe política, enquanto deputados ou em cargos autárquicos, eleitos por partidos de esquerda, nomeadamente o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português. Além disso, tal como nos que, não participando em movimentos sociais, desempenham cargos de

governo, coloca-se também a questão de saber como é gerido o ofício de sociólogo quando se funciona no modo duplo político e sociológico. Os sociólogos que tomam parte ativa em movimentos sociais, com objetivos de mudança social progressista, emancipatória, fazem-no munidos de uma conceção de sociologia em que a identificação de problemáticas e a construção de objetos de investigação e de ação é feita em parceria com as lideranças desses movimentos. Assim, seria de saber como é que esse trabalho a quatro mãos é dividido e realizado, sobre que campos temáticos ele incide, ou seja, que trabalho conjunto é feito com os diferentes tipos de movimentos sociais, se esse trabalho envolve mais uns movimentos do que outros, que produção sociológica resulta daí, e como é que os resultados desse trabalho se plasmam eventualmente em políticas públicas, desde logo aproveitando a circunstância referida de os sociólogos ligados a movimentos sociais poderem ser, ao mesmo tempo, membros da classe política.

Finalmente, quanto ao papel da sociologia na consolidação de valores políticos democráticos, como a liberdade, a justiça social, a igualdade de oportunidades, o antirracismo, por via da disseminação dos resultados das pesquisas que os sociólogos fazem e das suas intervenções públicas a esse respeito, incluindo, é claro, as suas publicações académicas, mas mais até as chamadas atividades de transferência de conhecimento, uma agenda de pesquisa deveria, desde logo, perceber como é que esses resultados chegam à população em geral e que formas de receção desse conhecimento ocorrem. A este respeito, será útil ter em mente os diferentes modos de “produção de saberes sobre o social” (discursos mítico-proféticos, discursos político-mediáticos e discursos das ciências sociais) que José Madureira Pinto tão bem identificou há quase três décadas, bem como as formas de articulação desses discursos entre si que assinalou (Pinto, 1996; 2007: 99-100). A circulação social dos discursos produzidos pelos sociólogos, em especial as conclusões das pesquisas que realizam, quer as pesquisas aplicadas às políticas públicas, quer as autogeradas e autonomamente desenvolvidas em contexto académico, para além dos canais científicos próprios, como as revistas especializadas, a que só os especialistas tendem a aceder, depende justamente de canais do campo político ou do campo mediático, como a publicação oficial de relatórios de investigação ou as notícias e reportagens jornalísticas. Relativamente a

essa circulação, seria de investigar como se articulam agendas políticas, agenda mediáticas e as agendas de publicação e divulgação dos próprios sociólogos. Ainda no plano da circulação dos saberes sociológicos, seria de estudar como é que um grupo profissional tão numeroso e com forte poder de mediação como os professores, nomeadamente os do ensino secundário, intervêm nessa circulação. Mas, além da circulação de saberes e de tudo o que ela envolve, importaria conhecer a substância da incorporação social dos conhecimentos sociológicos e da sua tradução em reflexividade social e cultura política democrática. Para apontar um tema em concreto, era importante investigar o que fica socialmente das evidências abundantes, reiteradas, consistentes, que, em todos os lugares onde a sociologia pode ser praticada livremente, ela tem produzido, desde sempre, sobre as múltiplas faces das desigualdades sociais e os seus perniciosos efeitos.

## Referências bibliográficas

- ALLEN, Peter, & CARNEY, Paul (2017), "What do we mean when we talk about the 'political class'?", *Political Studies Review*, 15 (1), pp. 18-27.
- ALMEIDA, João Ferreira de (1992), "Trabalhar em sociologia, ensinar sociologia", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 187-199.
- ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2003), "As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997", em António Costa Pinto, André Freire (orgs), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras: Celta, pp. 9-41.
- ALMEIDA, Pedro Tavares, & PINTO, António Costa (2006), "Os ministros portugueses, 1951-1999: perfil social e carreira política", em Pedro Tavares de Almeida e outros, *Quem Governa a Europa do Sul?*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 19-58.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2018), *Governos Portugueses. Composição e Legislação*, Lisboa: Assembleia da República.
- ÁVILA, Patrícia (2023), "Aprendizagem e educação de adultos em Portugal e na EU: relevância sociológica, desafios conceptuais e resultados de investigação", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 102, pp. 9-39.
- BARRETO, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BENAVENTE, Ana, ROSA, Alexandre, COSTA, António Firmino da, & ÁVILA, Patrícia (1996), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação
- BIRNBAUM, Norman (1968), "The crisis of Marxist sociology", *Social Research*, 35 (2), pp. 348-380.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político", em *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, pp. 163-207.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Les Usages Sociaux de la Science. Pour une Sociologie Clinique du Champ Scientifique*. Paris: INRA Éditions.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Science de la Science et Reflexivité*. Paris: Raisons d'Agir.
- BOURDIEU, Pierre (2003 [1984]), *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- BURAWOY, Michael (2005), "For public sociology", *American Sociological Review*, 70 (1), pp. 4-28.
- BURAWOY, Michael (2007), "Open the social sciences: to whom and for what?", *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (3), pp. 137-146.
- CAPUCHA, Luís (2018), "Educação de adultos: a ideologia conta", *Fórum Sociológico*, 32, Série II, pp. 17-27.
- CARVALHO, Rita Almeida de, & FERNANDES, Tiago (2003), "A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)", em António Costa Pinto, André Freire (orgs), *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta, pp. 67-96.
- CASTILHO, J.M. Tavares (2003), "A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)" em António Costa Pinto e André Freire (orgs), *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta, pp. 43-66.

MACHADO, Fernando Luís (2024),

"Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIX, pp. 13 - 55  
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>

- CAVACO, Carmen (2016), "Políticas públicas de educação de adultos em Portugal: a invisibilidade do analfabetismo", *Laplage em Revista (Sorocaba)*, 2 (4), pp. 51-62.
- COENEN-HUTHER, Jacques (2004), *Sociologie des Élités*. Paris: Armand Colin.
- CRUZ, Manuel Braga da (1988), "Sobre o parlamento português: partidização parlamentar e parlamentarização partidária", *Análise Social*, 100, pp. 97-125.
- FRIEDRICHS, Robert W. (1970), *A Sociology of Sociology*. New York: Free Press.
- FREIRE, André (1998), "Lógicas de recrutamento parlamentar: os deputados portugueses, 1975-1999", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 28, pp. 115-147.
- FREIRE, André (2002), "A profissionalização política dos deputados portugueses", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 12, pp. 27-56.
- GIDDENS, Anthony (1987), "Nine theses on the future of sociology", em *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge: *Polity Press*, pp. 22-51.
- GOULDNER, Alvin (1970), *The Coming Crisis of Western Sociology*. New York: Free Press.
- LOBO, Marina Costa (2003), "A elite partidária em Portugal, 1976-2002: dirigentes, deputados e membros do governo", em António Costa Pinto, André Freire (orgs), *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta, pp. 249-275.
- LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, & COSTA, Jorge (2014), *Os Burgueses. Quem São, Como Vivem, Como Mandam*. Lisboa: Bertrand.
- MACHADO, Fernando Luís (2024), *Bibliografia Temática e Cronológica da Investigação Sociológica em Portugal (1964-2024)*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- MACHADO, Fernando Luís (2023), "A sociologia sob observação sócio-histórica: elementos para uma agenda de pesquisa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 101, pp. 53-69.
- MACHADO, Fernando Luís (2022), *Investigação Sociológica em Portugal. Um Guia Histórico e Analítico*. Porto: Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2020), *Sociologia em Portugal. Da Pré-história à Institucionalização Avançada*. Porto: Afrontamento.
- MACHADO, Fernando Luís (2009), "Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 19, pp. 283-343.
- MACHADO, Fernando Luís, & COSTA, António Firmino da (1998), "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Leite Viegas, António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras: Celta, pp. 17-44.
- MARTINS, João Eduardo (2014), *Das Políticas às Práticas de Educação de Adultos. Lógicas de Ação, Sentidos e Modos de Apropriação Localmente Produzidos*. Lisboa: Colibri.
- MARTINS, Hermínio (1998 [1971]), "Classes, status e poder em Portugal", em *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 99-131.
- MENDES, Maria Manuela (1993), "As elites políticas num concelho da Área Metropolitana do Porto", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, pp. 177-198.
- MICHELS, Roberto (1989 [1912]), "A base conservadora da organização", "A democracia e a lei férrea da oligarquia", em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 449-457, pp. 479-498.
- MILLS, Charles Wright (1956), *The Power Elite*. Oxford: Oxford University Press.
- MOSCA, Gaetano (1989 [1896]), "A classe política", em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 405-419.
- NUNES, Adérito Sedas (1964), "Portugal, sociedade dualista em evolução", *Análise Social*, 7/8, pp. 407-462.
- NUNES, Filipe (2023), "Continuidade e mudança nos padrões de recrutamento: a elite administrativa portuguesa (2000-2020)", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 102, pp. 79-98.
- PARETO, Vilfredo (1989 [1916]), "Circulação das elites", "O uso da força em sociedade", em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 449-457, pp. 465-473.
- PINTO, António Costa (2001), "O império do professor: Salazar e a leite ministerial do Estado Novo (1933-1945)", *Análise Social*, 157, pp. 1055-1078.
- PINTO, António Costa (2020), "A elite ministerial da democracia portuguesa: entre políticos e tecnocratas", in Rui Branco, Tiago Fernandes (coords.), *45 anos de Democracia em Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 143-161.
- PINTO, José Madureira (1996), "Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social", em AA VV, *Dinâmicas Multiculturais. Novas Faces, Novos Olhares*, volume 1. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 95-98.
- PINTO, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- PINTO, José Madureira (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares*, Reflexividade Social, Porto, Afrontamento.
- PUTNAM, Robert (1977), "Elite transformation in advanced Industrial societies: an empirical assessment of the theory of technocracy", *Comparative Political Studies*, 10 (3), pp. 383-412.
- SILVA, Augusto Santos (2017), "Sociologia e política pública: sobre avanços recentes em Portugal", *Análise Social*, 225, pp. 782-803.

SILVEIRA, Pedro (2021), *Os Secretários de Estado. Conflito e Liderança no Ministério*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

STOCK, Maria José (1985), *Elites, Fações e Conflito Intrapartidário. O PPD/PSD e o Processo Político Português de 1974 a 1985*, Évora, Universidade de Évora.

## Anexos

### Anexo 1.

Sociólogos em funções de ministro e secretário de estado (1974-2024).

| Governos                    | Data de vigência | Composição política                                 | Ministros                                                                              | Secretários de Estado                                                                                                                            |
|-----------------------------|------------------|-----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| II Governo Provisório       | 1974             | Militares. Cívicos do PS, PSD, PCP e independentes. | Ministro da Educação e Cultura                                                         |                                                                                                                                                  |
| II Governo Provisório       | 1974-1975        | Militares. Cívicos do PS, PSD, PCP e independentes. | Ministro da Educação e Cultura                                                         |                                                                                                                                                  |
| I Governo Constitucional    | 1976-1978        | PS                                                  | Ministro da Agricultura e Pescas<br>Ministro do Comércio e Turismo                     |                                                                                                                                                  |
| V Governo Constitucional    | 1979-1980        | Independentes                                       | Ministro da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais<br>Ministro da Cultura e Ciência | Secretário de Estado do Ensino Superior                                                                                                          |
| XIII Governo Constitucional | 1995-1999        | PS                                                  | Ministro da Qualificação e Emprego                                                     | Secretário de Estado do Emprego e Formação<br>Secretário de Estado da Juventude                                                                  |
| XIV Governo Constitucional  | 1999-2002        | PS                                                  | Ministro do Trabalho e da Solidariedade<br>Ministro da Educação<br>Ministro da Cultura | Secretário de Estado da Administração Educativa<br>Secretário de Estado do Emprego e Formação<br>Secretário de Estado da Juventude e do Desporto |
| XV Governo Constitucional   | 2002-2004        | PSD                                                 | Ministro da Educação                                                                   | Secretária de Estado da Educação                                                                                                                 |
| XVII Governo Constitucional | 2005-2009        | PS                                                  | Ministro dos Assuntos Parlamentares<br>Ministra da Educação                            | Secretário de Estado Adjunto e da Educação                                                                                                       |

MACHADO, Fernando Luís (2024),

"Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIX, pp. 13 - 55  
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>



Sociólogos em funções de ministro e secretário de estado (1974-2024) (continuação).

| Governos                     | Data de vigência | Composição política | Ministros                                                                                                             | Secretários de Estado                                                                                                                                                                                        |
|------------------------------|------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| XVIII Governo Constitucional | 2009-2011        | PS                  | Ministro da Defesa Nacional                                                                                           | Secretária de Estado da Igualdade<br>Secretário de Estado da Educação                                                                                                                                        |
| XXI Governo Constitucional   | 2015-2019        | PS                  | Ministro dos Negócios Estrangeiros<br>Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa<br>Ministra da Cultura | Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro<br>Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa<br>Secretário de Estado do Emprego<br>Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade |
| XXII Governo Constitucional  | 2019-2022        | PS                  | Ministro dos Negócios Estrangeiros<br>Ministra da Presidência<br>Ministra da Cultura                                  | Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade<br>Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional<br>Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações                               |
| XXIII Governo Constitucional | 2022-2024        | PS                  | Ministra da Presidência<br>Ministra da Defesa Nacional<br>Ministro da Cultura                                         | Secretário de Estado das Infraestruturas<br>Secretário de Estado do Trabalho                                                                                                                                 |

#### Fernando Luís Machado.

Sociólogo, Professor Catedrático do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE). Endereço de correspondência: ISCTE-IUL, Avenida das Forças Armadas, 1649-026, Lisboa, Portugal.

E-mail: [fernando.machado@iscte-iul.pt](mailto:fernando.machado@iscte-iul.pt)

Artigo recebido a 02/12/2024 e aceite para publicação a 20/12/2024.

MACHADO, Fernando Luís (2024),

"Sociologia, sociólogos e campo político: uma aproximação sociológica ao caso português",

*Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIX, pp. 13 - 55

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc49a1>